



Ilusões do liberalismo, influxos do imperialismo e alternativa socialista

Illusions of liberalism, influxes of imperialism and a socialist alternative

Rodrigo Fernandes RIBEIRO*

 <https://orcid.org/0000-0002-4912-988X>

Resumo: Este artigo objetiva evidenciar elementos, que são ocultados pelo liberalismo para justificar a sociabilidade burguesa, assim como os limites que as premissas do livre mercado impõem aos países de capitalismo dependente latino-americanos. Para tal tarefa, utilizam-se análises marxistas que explicitam: a gênese do capitalismo e a acumulação primitiva de capitais; o processo de colonização e atual fase da dominação imperialista; uma bibliografia que desvanece ilusões das concepções liberais no plano político e econômico. Por fim, discute-se acerca do modelo de desenvolvimento capitalista na América Latina, evidenciando que a alternativa socialista seria a única possível para a superação da dependência e do atraso, em um movimento simultâneo de lutas dentro e contra a ordem.

Palavras-chave: Liberalismo. Imperialismo. Capitalismo dependente. Alternativa socialista.

Abstract: This article highlights elements hidden by liberalism to justify bourgeois sociability, and the limits that the free-market premise imposes on Latin American countries with dependent capitalism. Marxist analysis is used to explain: the genesis of capitalism and the primitive accumulation of capital; the colonization process and the current phase of imperialist domination; a bibliography that dispels illusions of liberal political and economic concepts. Finally, it discusses the Latin American model of capitalist development, showing that a socialist alternative is the only way to overcome dependence and backwardness, in a simultaneous movement of struggles *within* and *against* the order.

Keywords: Liberalism. Imperialism. Dependent capitalism. Socialist alternative.

Submetido em: 30/9/2022. Aceito em: 21/7/2022.

1 Introdução

No campo da produção teórico-política, o Serviço Social brasileiro avançou, consideravelmente, nas análises sobre a emergência da profissão no capitalismo monopolista. O aprofundamento das contradições do processo de acumulação capitalista, com a ofensiva reacionária do capital dos últimos 40 anos e os limites da atuação

* Assistente Social e Cientista Social. Doutor em Serviço Social. Professor do Departamento de Serviço Social (DESSO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Ouro Preto, Brasil). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), rua do Catete, nº 166, Mariana (MG), CEP: 35.420-000. E-mail: rodrigo.fernandes@ufop.edu.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

profissional para a ruptura com o modo de produção em que emerge a chamada “questão social”¹, é um dos temas enfrentados pelas pesquisas na área do Serviço Social.

Com relação ao último ponto, a análise referente à realidade concreta se defronta com a insuficiente força organizativa e política da classe trabalhadora. Ademais, expressa a organização dos usuários e das equipes profissionais dos diferentes espaços institucionais, no sentido de alterar a correlação de forças e promover ações, que possam viabilizar o acesso aos direitos sociais e questionar a ordem vigente.

Posta a pressão das requisições institucionais, há outras determinações que dificultam o processo de ruptura, tais como: os vínculos heteronômicos do assalariamento, o desconhecimento das principais determinações do processo de acumulação capitalista, as contradições da luta de classes, a particularidade da formação social latino-americana e os limites das táticas que se constroem dentro da ordem. Neste sentido, a relativa adesão de muitos pesquisadores, trabalhadores, usuários e assistentes sociais às ideologias da democracia liberal e do liberalismo econômico interdita, ainda mais, para que ocorra a organização política da classe e, dessa forma, apresente resolução definitiva da aludida “questão social”.

O projeto político-profissional do Serviço Social é reconhecidamente orientado por princípios e diretrizes de um projeto societário de transformação da ordem social (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Um projeto profissional, que advoga como princípio IV, a “[...] defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida [...]” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 23) não pode se ajustar, passivamente, à ideologia burguesa do liberalismo, que dispõe na livre concorrência e na naturalização da desigualdade social os principais substratos de regulação da vida econômica, social e política.

Neste sentido, este texto busca resgatar, ainda que sucintamente, as principais limitações e manipulações que a ideologia da democracia liberal defende no plano político. A primeira parte buscará demonstrar que a acumulação de capital, primitiva e moderna, só pôde ser empreendida com: a violência, a opressão, a expropriação dos camponeses, a colonização de outros povos e territórios, o uso do regime escravista nestas colônias, a expansão do tráfico negro e a exploração intensiva do proletariado.

Em um segundo momento, serão resgatadas e aprofundadas duas categorias fundamentais, no entendimento da particularidade da formação social latino-americana: o *imperialismo* e o *capitalismo dependente*. A intervenção e o acosso a projetos societários soberanos foram a regra no século XX e, ainda hoje, fazem-se sentir pela pressão política e cultural do Ocidente, com a prática de intervenção militar e o embargo econômico.

Por fim, a alternativa socialista será identificada enquanto a única saída para o desenvolvimento autônomo dos povos latino-americanos (que podem ser estendidos à

¹ Categoria que exige aspas e fundamentação da lei geral de acumulação capitalista. Produtora de concentração e centralização de capital de um lado e pauperismo de outro, as expressões que decorrem de tal “questão social” são objetos de intervenções estatais das quais as políticas sociais e o Serviço Social foram criados para administrarem a reprodução assistida da força de trabalho, a serviço do processo de valorização do capital. Ver em Netto (2011).

periferia europeia, aos asiáticos e aos africanos). Neste processo de transição socialista, identificam-se as insurreições populares, que promovem rupturas institucionais, além do próprio desenvolvimento da luta de classes; a resistência dos povos originários; a constituição do proletariado, enquanto classe em si e para si; e as experiências de governos e as atuações populares dentro e contra a ordem.

2 A ideologia liberal: a regulação burguesa como biombo da exploração

Lukács (2013) afirma que toda ideologia representa um conjunto de ideias e valores que fazem os indivíduos se situarem no complexo da luta de classes, mais especificamente a “[...] forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 465), no sentido de universalizar seus interesses e “[...] dirimir os conflitos sociais” (LUKÁCS, 2013, p. 520).

Os clássicos do liberalismo evidenciam o roteiro ideológico, ou seja, naturalizam as relações de produção, sob a hegemonia da burguesia, mais notadamente a propriedade privada, o mercado e a sociabilidade burguesa que a entorna. O pressuposto da regulação da vida social é o contrato social, que busca legitimar a propriedade privada moderna e os negócios. Dessa forma, permitem a produção e a livre circulação de mercadorias.

Além do mercado, o Estado burguês se constitui a partir de elementos que possibilitam a divisão de poderes – não sem a conciliação com a nobreza e as monarquias em decadência – e a ideia do sufrágio, enquanto responsável pela decisão da vontade coletiva de um povo. Em sua gênese, a escolha dos governos era restrita aos indivíduos que tivessem as condições e os recursos financeiros para a escolha. Assim, excluía os despossuídos e as mulheres.

Os principais intérpretes da economia política clássica, Adam Smith e David Ricardo, foram os precursores das análises que identificam o livre mercado na regulação de sua principal determinação: o trabalho. Para eles, a liberdade de circulação de mercadorias foi a proposta central do novo mundo, abriu caminho para que todos os indivíduos, independentemente da classe, pudessem ser livres para vender e comprar mercadorias. Além disso, nessa concepção, as relações de produção são ocultadas, mais especificamente a exploração da força de trabalho e a violência, que era (e, ainda, é) exercida sobre o indivíduo que a vende e coloca à disposição o uso de sua mercadoria, força de trabalho, por uma jornada inteira.

Marx (2013) exemplifica isso: Ricardo, “[...] último grande representante [...]” (MARX, 2013, p. 85) da economia política clássica, “[...] converte afinal, conscientemente, a antítese entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra em ponto de partida de suas investigações, concebendo essa antítese, ingenuamente, como uma lei natural da sociedade” (MARX, 2013, p. 85).

Neste ínterim, o pressuposto da teoria do valor-trabalho e o momento determinante da produção no capitalismo são essenciais para a dissolução da ilusão de que a mera relação de igualdade entre os indivíduos, na circulação de mercadorias, poderia denotar um modelo ideal de sociabilidade. Em outras palavras, advoga-se que a igualdade jurídica de vendedores e compradores de mercadorias – incluindo-se a força de trabalho – denotaria um ambiente de

igualdade econômica, que seria a base e o fundamento para a suposta igualdade política. Com isso, abre-se caminho para a limitada emancipação política.

Como indicou Marx (2009), o direito humano à liberdade, conquistado com a dissolução do estranhamento do Estado religioso, deu-se pelo “[...] isolamento do homem relativamente ao homem [...]” (MARX, 2009, p. 64), tendo como principal obstáculo a sua “[...] aplicação prática [...]” (MARX, 2009, p. 64) do “[...] direito humano à propriedade privada” (MARX, 2009, p. 64). Neste sentido, o autor destaca qual seria o fundamento da emancipação humana:

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forces propres* [forças próprias] como *forces sociais* e, portanto, não separa mais de si a força social na figura *política* – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana (MARX, 2009, p. 71-72).

Neste sentido, é preciso romper com o isolamento provocado pelas modernas relações de produção, uma vez que são limitadas pela abstração estabelecida na sociedade civil, assim como contorna a pseudo-naturalidade da propriedade privada moderna. Por isso, é importante adentrar no momento predominante dessa produção da vida e identificar obstáculos para a organização das forças próprias dos homens.

Em primeiro lugar, é preciso evidenciar o elemento central da *exploração da força de trabalho*, que é, por demasiado, oculto daqueles que buscam justificar a sociabilidade capitalista. Não só Marx, em seu tempo, enfrentou os que justificavam a defesa de um salário justo e criticavam as greves, no sentido de prejudicar os negócios dos proprietários dos meios de produção; como, ainda hoje, a exploração é mais do que justificada dentro dos parâmetros da oferta e da procura, da concorrência e do mérito. Em outras palavras, pouco se evidencia em qual momento das relações de produção surgem os lucros. Logo, ignoram o tempo de trabalho excedente que o uso da força de trabalho produz para além da subsistência e que não é pago, ou seja, a *mais-valia*.

Em segundo lugar, os capitalistas de destaque são promovidos a um patamar de vencedores na corrida concorrencial. Não obstante, as possibilidades de mitigação dos excessos – a concentração de riqueza ou a miséria – se dá pela via das políticas sociais redistributivas. Neste sentido, oculta-se a *acumulação primitiva de capitais*, principalmente as ações violentas das oligarquias e/ou nascentes burguesias.

Marx (2013) e Engels (2010) apresentam sínteses aos processos de constituição das cidades industriais e do proletariado inglês. A expropriação dos camponeses foi o momento inicial, seguido pela ação estatal e privada de regulação do regime salarial. Outros episódios subsequentes também destacam o processo, tais como: o nascimento do sistema colonial, o sistema da dívida pública, o moderno sistema tributário e o sistema protecionista. Em todos esses momentos, nada idílico, a “[...] violência mais brutal [...]” (MARX, 2013, p. 821) sobre os camponeses, operários e povos subjugados ocorreu. Essa é a forma que a “[...] potência econômica [...]” (MARX, 2013, p. 821) do capital engendra a nova sociedade.

Com relação à acumulação primitiva, esses processos estão presentes no desenvolvimento dos países de capitalismo dependente latino-americanos, dentre outras regiões subordinadas. No

histórico do processo de colonização² há muitas evidências que o liberalismo nessa região sempre foi uma ideologia que buscava justificar os interesses das metrópoles, e que, nos dias de hoje, justificam os interesses do imperialismo, dos países de capitalismo central e das principais empresas monopolistas.

No que concerne ao papel que a colonização promoveu no mundo, Domenico Losurdo (2006) explicita a hipocrisia, as raízes e a direção conservadora com que os liberais produziram suas investidas ideológico-políticas. Desde a prática do genocídio, o roubo, a escravização dos povos, a subjugação e a segregação de outros, até mesmo, as autojustificativas dos povos escolhidos foram (e, ainda, são) os principais instrumentos políticos e práticos que as metrópoles e os países imperialistas utilizam para subjugar outras nações. O próprio nascimento do desenvolvimento comercial da escravidão é visto, por esse autor, como conexo à ideologia, ao identificar que “[...] a ascensão do liberalismo e a difusão do escravo-mercadoria sobre base racial são o produto de um parto gêmeo” (LOSURDO, 2006, p. 55).

Além da relação de subordinação econômica, que é justificada como natural e mais justa, há, ainda, o mecanismo da dominação política a esses povos. Ainda que, hoje, a *democracia burguesa liberal* esteja instalada, na maioria dos países capitalistas centrais e dependentes, e que haja divisão dos poderes, eleições periódicas com sufrágio universal e liberdade de propriedade de imprensa. Apesar de certo avanço na existência e no funcionamento de algumas instituições, é preciso considerar que não predomina a mistificada neutralidade do Estado sobre as classes e/ou funcionamento orientado para a realização plena de todos os indivíduos.

Alicerçada pelo complexo jurídico, imposto pela sociabilidade e pelo direito positivo, a simplória orientação pelo cálculo econômico³ (LUKÁCS, 2013) evidencia que tal contrato social não sobrevive, senão para amparar as relações de produção predominantes nessa sociabilidade. Além das leis corresponderem a certo grau e necessidades históricas dos proprietários dos meios de produção, as normas que, momentaneamente, possam ferir seus interesses são parciais ou, totalmente, esquecidas nos momentos oportunos. Cabe lembrar o exemplo da existência protocolar da função social da propriedade na Constituição Federal brasileira, de 1988, que, na prática, é vilipendiada com a existência dos latifúndios improdutivos e/ou dos imóveis abandonados⁴.

Salienta-se, ainda, que a democracia é vista instrumentalmente como método, que poderia equalizar as condições para que todos pudessem alçar cargos legislativos e executivos, assim como o poder político. O conjunto de normativas e instituições democráticas do regime

² Em sua gênese, “[...] a descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva” (MARX, 2013, p. 821).

³ Identificadas, por Lukács (2013), como a nova fetichização, em comparação com a gênese do direito na regulação da vida cotidiana. Essa manipulação é demonstrada, no sentido que “[...] ele se torna uma esfera da vida social em que as consequências dos atos, as chances de êxito, os riscos de sofrer danos são calculados de forma semelhante ao que se faz no próprio mundo econômico” (LUKÁCS, 2013, p. 236).

⁴ Não é sem motivo que movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), dentre outros, denunciam o recorrente descumprimento da lei, no sentido da desapropriação daqueles que não cumprem a função social. Ver em Ocupar... (2012).

burguês são mistificados em um contexto que são movidos pelos interesses das classes dominantes e garantidos pela violência institucional. Neste sentido, desconsidera-se o poder econômico do financiamento das campanhas e/ou a intervenção do mercado e do imperialismo nos processos eleitorais não reconhecidos por estes, que serão vistos nas seções seguintes.

3 O imperialismo e a dependência: a estreiteza no subdesenvolvimento capitalista

A relação entre a revolução industrial europeia e a colonização do território, atualmente conhecido como América, permitiu o impulso para a generalização das relações capitalistas. Sem dúvida, a formação social desse território foi determinada pela exploração intensiva de recursos naturais e minerais, da monocultura e do tráfico de trabalhadores escravizados.

Em certo sentido, o processo não ocorreu somente com a expropriação. Mas, também, com a exploração intensiva de uma força de trabalho que fora escravizada. De acordo com a totalidade desse processo e as categorias centrais da teoria do valor-trabalho, desenvolvem-se, consideravelmente, as forças produtivas em um contexto industrial europeu em que a mais-valia relativa é profundamente extraída, seja pelo maquinário desenvolvido, seja pela redução do valor dos meios de subsistência, fornecidos pela produção em regime escravista-mercantil, implementado na América Latina.

O império britânico se beneficiou, de maneira significativa, dessas relações, por meio do domínio colonial direto e do domínio neocolonial indireto. Conforme Fernandes (2005), o evento que demarca a entrada do Brasil na ordem social competitiva foi a abertura dos portos em 1808; enquanto a independência formal do país fora reconhecida em 1822.

Apesar da dita independência, na verdade, observa-se uma subordinação pelos interesses, formas e ritmos de produção estabelecidos de fora. Sendo assim, orientam-se os confrontos que a jovem nação assumiria – no tocante, destaca-se a chamada *Guerra do Paraguai* –, os empréstimos, as comunicações e, até mesmo, o regime de trabalho predominante – incluindo a manutenção do escravismo até 1888 e o, posterior, advento do regime de trabalho livre.

Em síntese, até o fim do século XIX e parte das duas primeiras décadas do século XX, o Brasil e tantas outras jovens nações latino-americanas só puderam adentrar às relações de produção industriais e constituir seus sistemas de controle estatal se fossem orientados pelos interesses do império britânico e suas principais empresas.

Evidencia-se um conjunto de determinações que levaram algumas poucas nações latino-americanas a se industrializarem no início do século XX⁵, com a constituição de um mercado interno e a utilização das divisas do setor exportador primário para as primeiras indústrias da região. Alguns outros países só puderam elevar essa condição depois da Segunda Guerra Mundial⁶. Neste cenário, observa-se, ainda, uma latente profusão de investimentos de capitais, que produziu uma subordinação das indústrias nascentes aos conglomerados multinacionais dos países de capitalismo central. Há, também, outra parcela de países que

⁵ Segundo Bambilra (2013), países de início antigo de industrialização (tipo A): Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia.

⁶ Países cuja industrialização foi produto da integração monopólica (tipo B): Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba (BAMBIRRA, 2013).

mal constituiu condições de se industrializarem já, no século XXI⁷, que vigem na sombra do atraso, com a dominação oligárquica e a inexistência do proletariado (BAMBIRRA, 2013).

No fim do século XIX e início do século XX, emerge a fase superior do capitalismo, o *imperialismo*. Com ele, reconfigura-se a divisão internacional do trabalho e se assume o projeto expansionista do capital. Além disso, ocorrem conflitos interimperialistas, avanço do proletariado e do socialismo.

Lenin (2012) identifica características típicas à época: o acirramento da concorrência capitalista entre empresas e nações; a constituição dos monopólios; a disputa e a partilha do mundo; a unificação dos fluxos de capitais, com o chamado capital financeiro. Nas palavras do autor:

[...] 1) de 1860 a 1870, o grau superior, o ápice do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2) depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos, representando somente um fenômeno passageiro; 3) auge dos fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases da vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LENIN, 2012, p. 44).

A reunião de capitais, em gigantescos conglomerados, protagonizaram a exportação de capitais como prática essencial do capital e não poderiam se sustentar sem o apoio estatal, militar, econômico e logístico. Pela via das comunicações, destacam-se, naquele início do século, as ferrovias, pois é através delas que ocorre a disseminação dos polos de produção e a circulação de mercadorias, traços essenciais para o processo de valorização capitalista.

Neste cenário, o capital buscou produzir a socialização da produção. Para isso, utilizou as redes bancárias internacionais e os grandes conglomerados. Desse modo, reconfigurou o mercado internacional da mercadoria força de trabalho e promoveu a exploração intensificada dessa força de trabalho nos países de *capitalismo dependente*⁸.

Neste primeiro momento até a Segunda Guerra Mundial, a hegemonia inglesa e o imperialismo mundial ainda não haviam realizado a profunda integração dos monopólios financeiros e as cadeias produtivas industriais na escala vigente. Posteriormente, o imperialismo reconfigurou seu poderio com uma nova hegemonia, advinda dos EUA, e uma articulação intensiva dos monopólios internacionais com a produção industrial e agrícola locais.

O acirramento da dependência foi demonstrado por Marini (2005), Bamberra (2013) e Fernandes (1975; 2005). O chamado “imperialismo total”, categoria cunhada por Fernandes (1975), representa a relação sintomática de dominação, encravada na exportação de capitais,

⁷ Países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial [tipo C]: Paraguai, Haiti e Panamá (BAMBIRRA, 2013).

⁸ No período em que Lenin escreve seu livro, as principais relações se dão entre possuidores de colônias e as colônias. Contudo, já se desenvolve o embrião de uma teoria do capitalismo dependente ao identificar as formas transitórias de dependência estatal, como era o caso da Argentina: “Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática” (LENIN, 2012, p. 119).

na difusão da ideologia de segurança com desenvolvimento, nas orientações educacionais, financeiras, militares, culturais, ou seja, em uma transformação que “[...] organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social” (FERNANDES, 1975, p. 18-19).

No âmbito da centralidade econômica do processo de submissão das formas apresentadas, ritmos e padrões da produção e reprodução do capital do capitalismo dependente, é importante destacar o elemento das trocas desiguais. Nos países dependentes, a ênfase pelo setor primário-exportador é característica observada desde a entrada na ordem social competitiva capitalista até os dias atuais.

Sendo assim, a essas nações são empregadas o papel de produtora de alimentos e, por consequência, bens-salários aos trabalhadores dos países de capitalismo central, extração de minérios e outros componentes do capital constante mundial, que produzem a maquinaria mais complexa. Em outras palavras, garante-se, neste processo, um aumento da exploração da força de trabalho nos países de capitalismo central, a partir do rebaixamento do valor dos meios de subsistência e das matérias-primas, assim como uma compensação realizada nos países de capitalismo dependente com a extração dual do excedente – interna e externa (FERNANDES, 2005) – e a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005).

As lutas pela libertação dos países dependentes passaram por diversas mobilizações no plano das chamadas *revolução nacional* e da *revolução democrática*. O abafamento de todas elas, pelas vias dos embargos econômicos e das intervenções militares, com uma política de segurança e de controle das instituições, articulada com as burguesias e comandos militares locais, é registrado pelos inúmeros golpes militares executados na América Latina.

No caso brasileiro, Fernandes (2005) salienta que a mudança para a concretização do domínio burguês como um modelo de transformação *autocrático*, que, nas palavras do autor, é identificada da seguinte forma: “[...] na periferia essa transição torna-se muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação” (FERNANDES, 2005, p. 298).

Os projetos de revolução nacional e democrático-burguesa foram todos naufragados⁹ pela dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado, carecendo de dinâmica interna revolucionária e de interesse nacional. O infortúnio de Mauá, no caso brasileiro, demonstrado por Fernandes (2005), mostra que o empreendedorismo industrial, comercial e financeiro foi reprimido desde a oligarquia, na época de transformação em burguesia, que não tinha condições políticas e financeiras para romper com a dominação externa desde o século XIX. Destarte, arriscou-se em conjunturais disputas, no século XX, pela industrialização e autonomia de nação. Até o século XXI, a burguesia nacional entende que a interdependência é uma condição natural da nação, e seu papel seria o de aproveitar algumas brechas neste processo.

Por fim, diante o quadro de difícil superação do subdesenvolvimento interno e dependência externa, é que muitos identificaram que o ideal de projeto nacional de desenvolvimento, com

⁹ Considera-se, neste ponto, a exceção do processo revolucionário burguês estadunidense, que levou o seu projeto de revolução nacional à frente, antecedendo inclusive a Revolução Francesa.

direção burguesa, é inviável neste continente. Os recentes governos progressistas na América Latina, desde a primeira década de 2000 e meados de 2010, evidenciaram os limites da ideologia liberal, com esgotamento da economia liberal – ainda que parte das divisas, oriundas de um crescimento econômico pontual, tenham sido utilizadas para o financiamento de políticas compensatórias e de combate à pobreza – e da própria democracia burguesa – com golpes militares, parlamentares, midiáticos e jurídicos, que demoveram governos eleitos por sufrágio, cassaram candidatos com potencial de vitórias e inviabilizaram mecanismos democráticos previstos nas próprias leis locais (BORON, 2020).

4 A condução autônoma do destino da classe trabalhadora: o caminho para o socialismo

A emancipação humana é uma categoria muito utilizada no Serviço Social brasileiro para identificar uma sociedade em que os produtores obtenham o controle do processo produtivo e reprodutivo da sociedade sem a exploração e as opressões, presentes na sociedade moderna, isto é, é etapa superior que necessita de um período de transição socialista. Em *O Estado e a Revolução*, Lenin (1987) enfatiza a necessidade do definhamento da sociedade do capital e do Estado-parasita, demonstrando que a superação desses elementos alienantes não se daria por nenhuma espécie de decreto e/ou único evento insurrecional.

Para fins da compreensão da particularidade da formação social latino-americana, destacando-se o Brasil, é preciso identificar que, em quase todo o século XX, o ideário nacional-desenvolvimentista foi determinante para os que desejavam o rompimento do colonialismo e da dependência. Para muitos, a aliança do proletariado e de demais segmentos dos *de baixo*, com uma almejada burguesia revolucionária nacional, seria o passo necessário para a superação do subdesenvolvimento, do atraso político, cultural e tecnológico e, principalmente, para a concretização das relações de produção tipicamente capitalistas.

A compreensão dos resquícios feudais e/ou o dualismo estrutural foram bases de fundamentação dessas teorias, isolando as determinações estruturais do desenvolvimento desigual e combinado que era empreendido pelo estágio superior do capitalismo, o imperialismo. É preciso considerar a atualidade de Bambirra (2013) ao afirmar que “[...] a utopia dos projetos de desenvolvimento capitalista nacional autônomo só é conservada pela pequena-burguesia [...]” (BAMBIRRA, 2013, p. 150), incompatível com as aspirações do proletariado, dos camponeses e de mais frações da classe trabalhadora.

Para tanto, alguns teóricos da revolução socialista, na América Latina, já desvendaram as particularidades dessa formação social e a única saída viável de desenvolvimento de revoluções nacional e democrática, aqui não realizadas. Para fins de exposição dessa análise, este artigo destaca as formulações de Florestan Fernandes acerca dessa dinâmica da qual a revolução, que cumpriria com mudanças civilizadoras e includentes de amplos contingentes da classe trabalhadora, seria somente a revolução socialista.

O movimento dual *revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem* é a principal chave-analítica reivindicada¹⁰. As tarefas nacionais e democráticas – incluindo, dentre elas, as tarefas

¹⁰ Nas diferentes obras de Fernandes, citadas neste artigo, a relação dual aparece, principalmente, quando o autor evidencia os movimentos que as classes trabalhadoras se colocam nas diferentes experiências

não realizadas pelas burguesias nativas, como as reformas agrárias, urbanas, universitárias, dentre outras – seriam as reivindicações candentes que os de baixo calibrariam com a proposta radicalmente democrática de organização, de produção e de reprodução da sociabilidade, sob os princípios de uma sociedade socialista, com planejamento centralizado pelo poder popular e permanente definimento das principais categorias determinantes do estranhamento/alienação contemporânea – a propriedade privada dos meios de produção, a divisão em classes sociais, o Estado, o capital e o trabalho assalariado.

Esse entendimento não possibilita uma análise que restringe a emancipação humana, apenas, como seu momento último, idealizado e sem contradições e conflitos. No âmbito dessa análise, a revolução dentro da ordem se confronta com os interesses das burguesias nacionais – que se constituíram tendo como base as oligarquias locais – sejam elas industriais, financeiras, agrárias e/ou rentistas. A democracia liberal é idealizada enquanto uma sociabilidade de alternância de poderes e livre organização da imprensa empresarial e/ou intervenção dos países imperialistas nessas nações. Essa receita, praticada em diferentes países latino-americanos, custou diversas intervenções, golpes militares e/ou civis, dentre outros artifícios que buscaram sufocar projetos de desenvolvimento capitalista autônomo.

Fernandes (1981b), ao analisar o peso da contrarrevolução preventiva para manter a ordem política e a descolonização, sob o controle da burguesia nativa, vaticina que:

O que temos que nos reter, por via dessa conclusão: a via pacífica não leva a nada, a curto prazo, e promete muito pouco, a longo prazo. [...] Em suma: a contrarrevolução demonstrou, por sua linguagem e sua ação, que não existe um ‘nacionalismo burguês’ como força social libertadora. Para ocorrer, a libertação nacional tem de tornar-se antiburguesa, antiimperialista e anticapitalista. A alternativa para a violência das minorias estaria na contra-violência revolucionária, em um socialismo revolucionário ‘made in Latin America’ (FERNANDES, 1981b, p. 54-55).

As experiências de governos burgueses, que assumiram a luta pela revolução nacional e investiram nas cadeias de produção e na industrialização de seus países, no investimento público em educação e outras políticas, não só foram sufocados e/ou derrubados, como foram substituídos por governos militares com alto escalão da tecnocracia civil a frente para as mudanças necessárias do estágio monopolista financeiro, requerido após a década de 1950 e 1960. Para tanto, esses governos recorreram a uma violenta repressão e perseguição às lideranças e aos movimentos populares.

Getúlio Vargas e João Goulart no Brasil, Juan Domingo Peron na Argentina, dentre outros, mostram os limites de tais propostas de desenvolvimento com soberania nacional que foram abandonadas pelas burguesias locais, altamente financiadas e organizadas pelo imperialismo estadunidense – provas dessa intervenção, com os incontáveis golpes militares desde a década de 1960, por exemplo, são abundantes¹¹.

revolucionárias. Em *O que é Revolução* (FERNANDES, 1981a), o autor sintetiza este movimento: “Enquanto a guerra civil é latente, a transformação revolucionária se equaciona *dentro da ordem*, como um processo de alargamento e aperfeiçoamento da sociedade burguesa pela ação coletiva do proletariado; quando a guerra civil se torna aberta, a transformação revolucionária se equaciona *contra a ordem*, envolvendo primeiro a conquista do poder e, mais tarde, a desagregação da antiga sociedade e a formação de uma sociedade sem classes, destituída de dominação do homem pelo homem e de elemento político (portanto, de uma ordem sem sociedade civil e sem Estado)” (FERNANDES, 1981a, p. 26, grifos do autor).

¹¹ Dentre alguns exemplos dessa intervenção e dominação continental pelo imperialismo, destaca-se a alternativa socialista eleita nos marcos da democracia e da legalidade burguesa, empreendida no Chile por

Neste sentido, a Revolução Cubana demonstrou cabalmente o quanto não há espaço para desenvolvimento somente dentro da ordem da democracia burguesa e do liberalismo econômico. Empreendida, inicialmente, também por forças que desejavam centralmente a revolução nacional e democrática, ao conquistar o poder político captaram a necessidade de passar o mais rápido possível para a revolução contra a ordem, realizando a reforma agrária, socializando os meios de produção, controlando o mercado interno e instituindo o Estado socialista que “[...] teria de nascer da consciência adquirida pela compulsão igualitária na massa do povo e pela correspondente universalização da consciência revolucionária” (FERNANDES, 2007, p. 265). O socialismo foi o caminho escolhido, sendo precedido por uma ferrenha luta contra o imperialismo, que, por mais de 60 anos, busca sufocar o processo com um violento embargo econômico.

Portanto, o período em que a ofensiva do capital empreendeu a reestruturação produtiva mundialmente, as regressões políticas e ideológicas, no plano estatal, a crescente flexibilização dos contratos e do uso da força de trabalho latino-americana superexplorada, a expropriação intensiva das riquezas naturais e financeiras deste continente, consolidaram o empobrecimento de frações consideráveis da classe trabalhadora e do enriquecimento de parcelas diminutas das classes proprietárias.

Neste sentido, a dinâmica da luta de classes, no século XXI na região latino-americana, foi de intensa disputa pelas transformações dentro da ordem, enfrentando as oligarquias e as burguesias locais, associadas intimamente com o imperialismo, principalmente as empresas multinacionais monopolistas e os EUA. Governos que se associaram e se mantêm até hoje a essa relação com os interesses da política de segurança estadunidense, como a Colômbia, principalmente, capturaram o papel e se transformaram em laboratório de um território totalmente determinado pelos interesses imperialistas, controle e perseguição violenta dos movimentos sociais dos trabalhadores e investimento paramilitar na região.

Por outro lado, com o enfraquecimento dos EUA na região, durante os últimos 20 anos, outros países conseguiram furar o cerco elegendo governos progressistas e derrotando projetos de maior subordinação econômica e política como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)¹². A vitória eleitoral de Hugo Chavez, em 1998, na Venezuela, marca a rede de novos governos com pautas em defesa da soberania nacional, seguido por diversas outras experiências com graduações distintas na luta por transformações dentro e contra a ordem, como a Bolívia, o Equador e a Nicarágua, com posturas mais combativas, o Brasil, a Argentina, o Uruguai, dentre outros, com posturas mais conciliadoras.

Salvador Allende e a Unidade Popular. Como resposta, o golpe, de 1973, foi violento e executou milhares de pessoas, aniquilou o Estado social e empreendeu um laboratório das políticas mais regressivas e ofensivas do capital. A pequena Granada, de 80 mil habitantes, foi invadida por 8 mil soldados, em 1983. Nicarágua e El Salvador também sofreram com a livre escolha eleitoral de seus povos e foram alvo de embates de militares estadunidenses contra grupos guerrilheiros, não restando nenhuma possibilidade de respeito à vontade autônoma de seu povo.

¹² Trata-se de proposta de criação de bloco econômico que conteria 34 países das Américas – menos Cuba –, em que o livre-comércio, com supressão de tarifas alfandegárias, privilegiaria as maiores economias da região, destacadamente os EUA. Boron (2020, p. 133) afirma que o “[...] rechaço da Alca foi uma duríssima derrota para o império”.

O fim deste ciclo de governos populares se deu em meados da década de 2010, com golpes militares e legislativos, financiamento de grupos internos, prática do *lawfare* jurídico e, nos casos dos governos que permaneceram no poder com uma postura em defesa de sua soberania, destacando Cuba, Venezuela e Nicarágua, violento embargo econômico¹³.

Com relação à Cuba, já é histórica a sua resistência ao embargo econômico, tentativas de ocupação, atentados contra seus líderes e propaganda anticomunista. A novidade dos últimos anos é a resistência venezuelana e boliviana, no que tange à conquista de governos e do poder político. No primeiro caso, a campanha midiática e o apoio à oposição golpista foram a tônica dos últimos 20 anos. Todavia, o processo se intensificou após a segunda metade da década de 2010 com: o isolamento do país no continente, a tomada dos governos progressistas por outras experiências mais aderentes aos objetivos do imperialismo e dos EUA.

Neste processo, além das campanhas midiáticas, provocação dos paramilitares colombianos e reconhecimento de um presidente autoproclamado, Juan Guaidó, o embargo econômico caminhou junto com o roubo de reservas de ouro e dos ativos das empresas petrolíferas e do Estado venezuelano nos EUA, por países como a Inglaterra e a Colômbia¹⁴.

Na Bolívia, o golpe militar não reconheceu a vitória de Evo Morales para um terceiro mandato em 2019. Ocorreu perseguição, além de reprimirem bruscamente o partido Movimiento Al Socialismo (MAS), o presidente deposto, trabalhadores e camponeses. Contudo, o governo golpista acabou sendo derrotado com a vitória eleitoral do MAS na eleição seguinte, com o presidente Luis Arce sendo cabeça do processo¹⁵.

Essas campanhas e ações demonstram o quanto o imperialismo acossa qualquer proposição de condução soberana de seus destinos, pois o que está em jogo são as riquezas minerais valiosíssimas e os mercados internos de todas as nações, que devem estar subordinadas aos interesses dos grandes monopólios empresariais de todo o mundo e, principalmente, do Estado estadunidense. Ao registrar alguns dos ataques aos países da América Latina, Atilio Boron (2020) enfatiza:

Do exposto, depreende-se que Washington vai se opor a qualquer processo genuinamente democratizador que se desenvolva em nossos países. Qualquer força política que chegue ao governo e trate de tornar realidade a soberania popular que se assenta na soberania econômica e política em um mundo de nações poderosas, imperialistas e colonialistas, por um lado; e países frágeis e submetidos, por outro, será ferozmente combatido pelo império (BORON, 2020, p. 130).

As características mais tradicionais do processo de colonização e do imperialismo são evidentes neste processo, desde a partilha e o controle dos mercados internos, das riquezas

¹³ Em recente artigo, José Fernando Siqueira da Silva (2021) identifica essa imbricação da gênese colonial e o atual padrão de acumulação capitalista na região, registrando o “[...] recrudescimento autoritário na América Latina [...]” (SILVA, 2021, p. 15) dos últimos 10 anos em praticamente todos os países da América do Sul, Central e Caribe.

¹⁴ Desde o reconhecimento do presidente autoproclamado Juan Guaidó, em janeiro de 2019, por alguns poucos países e não por seu povo, este processo de roubo do patrimônio venezuelano, no exterior, intensificou-se com destaque para o roubo de ouro na Inglaterra e de empresas petrolíferas com sede nos EUA e Colômbia. Ver em Opera Mundi (DECISÃO..., 2020) e Mello (2021).

¹⁵ O retorno democrático aliou a resistência popular, que inviabilizou o governo golpista e a eleição de seus representantes em menos de um ano. Um dos principais objetivos do imperialismo era o controle das reservas de lítio, insumo essencial para a produção de baterias e dos carros elétricos. Ver em Evo... (2020).

naturais e da força de trabalho superexplorada da região, assim como a imbricação dos destinos ao capital financeiro dominante, mais destacadamente aos monopólios internacionais.

5 Conclusão

Depreende-se da análise que os limites colocados se dão no fundamento das relações de produção capitalista, profundamente desiguais e tendencialmente violentas para a manutenção das liberdades individuais, centradas na propriedade privada. O mercado, ilusoriamente destinado à equiparação desses indivíduos no processo de reprodução, é o biombo pelo qual se esconde a exploração da força de trabalho e a expropriação de trabalho excedente.

No que tange à América Latina, a direção dos processos de desenvolvimento apresenta como pressuposto os interesses dos conglomerados empresariais monopolistas e dos países de capitalismo central. O imperialismo é o estágio final, ainda presente na divisão internacional de trabalho. Os países que insistem em remover do cotidiano a concreta determinação deste processo não podem apresentar qualquer possibilidade de autonomia de desenvolvimento desses povos em contexto de recorrentes golpes, intervenções econômicas, militares e culturais, assim como as intervenções que orientam esses governos fazem emergir a dependência econômica e diplomática.

Por fim, a alternativa socialista é o caminho da socialização da participação política e da riqueza socialmente construída. Esse princípio não pode ser tergiversado por proposições reparatórias para indivíduos e frações diminutas das classes trabalhadoras. A ideologia liberal conduz as proposições de diferentes formas, ao negar os estranhamentos no processo de trabalho, em que a propriedade e o controle se dão pelas objetivações externas, determinadas essencialmente para a acumulação capitalista. Ainda que algum indivíduo alce a mobilidade social e o acesso ao consumo dirigido, a tendência de lei geral de acumulação capitalista é a crescente pauperização de parcela gigantesca da classe trabalhadora e a insidiosa concentração e centralização de riqueza em outra. Impossível negar ou se iludir com essa realidade¹⁶.

Referências

BAMBIRRA, Vânia. **Capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BORON, Atílio A. Notas sobre a atualidade do imperialismo e a nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos. *In*: LÓPEZ, Emiliano (Org.). **As veias do sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo de nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

¹⁶ A referência do estudo da Oxfam Brasil (2017) é categórica sobre os que negam a luta de classes e o caráter estruturalmente desigual do capitalismo. No relatório de 2017, *A distância que nos une*, essa ONG apresenta a escandalosa realidade de que 6 brasileiros detinham a renda de 100 milhões de brasileiros.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10. ed. rev. e atual. Brasília (DF): CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 17 set. 2021.

DECISÃO absurda, diz Caracas após Reino Unido bloquear reservas de ouro venezuelanas. **Redação Opera Mundi**, São Paulo, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/65503/decisao-absurda-diz-caracas-apos-reino-unido-bloquear-reservas-de-ouro-venezuelanas>. Acesso em: 17 set. 2021.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo; Boitempo, 2010.

EVO Morales: ‘democraticamente, derrotamos os golpistas’; reveja entrevista na íntegra. **Redação Opera Mundi**, 21 out. 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/eleicoes-na-bolivia/67188/evo-morales-democraticamente-derrotamos-os-golpistas-reveja-entrevista-na-integra> Acesso em: 17 set. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução.** 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981a.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981b. (Coleção Primeiros Passos, n. 25).

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel dos proletários na Revolução.** São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo.** Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social,** 2. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética de dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009 [1844].

MELLO, Michele de. Venezuela denuncia roubo de empresa pública com sede na Colômbia. **Brasil de Fato**, 8 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/08/venezuela-denuncia-roubo-de-empresa-publica-com-sede-na-colombia> Acesso em: 17 set. 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS, 2009. p. 185-200. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OCUPAR uma propriedade que não cumpre sua função social é exigir a lei, diz MST. **Redação da RBA**, 1. jul. 2012. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/2010ocupar-uma-propriedade-que-nao-cumpre-sua-funcao-social-e-exigir-a-lei201d-diz-advogado-do-mst/>. Acesso em: 17 set. 2021.

OXFAM BRASIL. A distância que nos une: um retrato das desigualdades sociais brasileiras. **Relatório Oxfam Brasil**, 25 set. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/> Acesso em: 17 set. 2021.

SILVA, José Fernando Siqueira da. América Latina: capital e devastação social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 7-19, 2021.

Rodrigo Fernandes RIBEIRO

Professor do Departamento de Serviço Social (DESSO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador e coordenador do Livre Hermana – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre a Formação Social Latino-Americana e Brasileira.
